

De que o Brasil enfrenta uma crise econômica ninguém duvida. A inflação chegou, em certo momento, a ultrapassar a casa dos 120 por cento. A indústria mostra uma elevação de sua capacidade ociosa que se aproxima de 25 por cento. O desemprego está aí, atingindo perto de 1 milhão de pessoas. O consumo de diversos produtos, a começar pelo automóvel, sofreu uma queda, que se reflete no aumento dos custos. A dívida externa já é de 60 bilhões de dólares. São dados incontestáveis.

Esse quadro negativo não oculta, porém, duas verdades fundamentais. Em primeiro lugar, essa crise é uma consequência do próprio desenvolvimento do País. O baque produzido pelas violentas elevações dos preços do petróleo só ocorreu porque a indústria, a agricultura, o setor de serviços se vêem necessitados de energia na proporção mesmo em que crescem, em que se ativam. E isso se repete em todos os focos da crise. Para usar as palavras do ministro Delfim Netto, sem os problemas que temos nós não teríamos também o desenvolvimento. São problemas que vêm afetando todos os países industrializados. Em conclusão, é a primeira crise da sociedade industrial brasileira.

Em segundo lugar, todos os indícios revelam que a fase mais aguda dessa crise já passou. E passou sem grandes traumas. O desemprego, por exemplo, está estacionário. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dispõe de indicadores de que, lentamente, o nível de emprego tende a elevar-se ou, como preferem dizer os técnicos do Ministério do Trabalho, de que já se passou pelo fundo do poço. É mais fácil medir os resultados da política antiinflacionária, pois os números estão aí, mês a mês. Aos poucos, a inflação vem declinando, já está abaixo dos 110 por cento e ninguém mais duvida da probabilidade de que se feche o ano com menos de 100 por cento. Está definitivamente afastado o risco de se entrar numa incontrolável espiral inflacionária, que levaria as taxas a 150, 200, 400 por cento, como tem ocorrido até em países vizinhos.

Essas duas constatações não significam que, agora, tudo sejam flores. Pelo contrário, mostram apenas que se superou a fase mais crítica dos problemas econômicos do País. O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, prevê mais dois anos de dificuldades na economia. Há a conta externa a pagar; a inflação do ano que vem ainda ficará nuns 70 por cento; alguns setores da indústria ainda demitem. Mas, em tudo isso, já está claro que vêm surgindo as saídas para a crise.

O principal obstáculo, para o Brasil, é o estrangulamento de suas contas externas. Até 1973, ano da primeira crise do petróleo, o País vivera seis anos de vertiginoso crescimento econômico. A partir daí, para prosseguir em seu desenvolvimento, passou a usar recursos externos. Assim, a poupança proveniente do exterior passou a ocupar papel cada vez mais relevante no financiamento do desenvolvimento brasileiro. É o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, quem mostra: entre 1970 e 1973 a parti-

cipação da poupança externa na formação bruta de capital fixo nunca passou de 11 por cento anuais.

Pelo contrário, em 1970 a participação da poupança externa na formação de capital era de apenas 5,73 por cento. Em 1974 alcançou nada menos do que 27,45 por cento. Índices elevados se registraram nos anos seguintes. Em 1979, por exemplo, vinham de fora 21,50 por cento da poupança aplicada no País; no ano passado eram já 24,69 por cento.

Conforme explica o Ministro, por serem de grande escala e demorada maturação, embora bons em si, vários desses investimentos criaram uma rigidez inadequada para o planejamento, prejudicial caso houvesse imprevistos ao longo de suas demoradas construções. Houve. O País precisa ainda investir em grandes obras como Itaipu, Tucuruí, a Ferrovia do Aço, os Metrô do Rio e São Paulo, para citar apenas alguns exemplos. Só que esses projetos, apesar de altamente rentáveis a médio prazo, ainda vêm consumindo recursos — e recursos que custam cada vez mais caro.

Foi esse mesmo o problema. Fala o ministro Delfim Netto: “com a segunda crise do petróleo, a nova alta de 1979, tivemos de enfrentar dificuldades ainda maiores e agora, com a elevação das taxas de juros externos, estamos enfrentando o que se poderia chamar um terceiro efeito, quase igual ao do aumento do preço do petróleo”. Na verdade, em certos momentos a alta dos juros chegou a produzir danos ainda maiores que a do petróleo. Calcula-se que um por cento de aumento nas taxas de juros do mercado internacional traz para a economia brasileira efeitos tão danosos quanto três por cento de aumento nos preços do petróleo.

As taxas de juros quase triplicaram nesses últimos cinco anos, nos grandes mercados norte-americano e europeus. A primeira cobrança pelos bancos dos Estados Unidos passou dos 6,25 por cento do final de 1976 para 7,75 no final do ano seguinte e para 11,75 em 1978. Nos últimos dias de 1979 alcançava já 15 por cento. Em 1981 chegou a 20,5 por cento e nos principais centros bancários norte-americanos. Embora a primeira esteja agora a 18,5 por cento, não se acredita em qualquer queda de maiores proporções antes do final do próximo ano.

Para o Brasil, que vinha tomando empréstimos na expectativa de juros médios pouco superiores a 10 por cento, se tanto, isso representou — e representa — um problema da mais alta gravidade. Afinal, lembra Camilo Penna, nenhum investimento apresenta a possibilidade de um rendimento de 20 por cento ao ano, como os juros cobrados.

O ministro Delfim Netto mostra que é esse constrangimento externo, essa dificuldade de pagar as nossas contas externas que nos obriga a reduzir a taxa de crescimento do setor industrial. É esse o impedimento físico que não permite ao País utilizar todos os recursos disponíveis, aí compreendido o fator trabalho. “É exatamente por isso que, sabendo o que acontece, nós temos uma perspectiva adequada para poder superar essa realidade, diz o Ministro, frisando: “a superação desse obstáculo está em ampliar a nossa capacidade de pagar no exterior, e, portanto, ampliar a nossa capacidade de usar os nossos próprios recursos internos para realizar o desenvolvimento”.

Na verdade, uma das respostas à crise — talvez a principal das respostas — está precisamente nos grandes projetos em andamento. Um dos fatores que têm pressionado a expansão do crédito externo e interno é a necessidade de cobrir os orçamentos das estatais que os tem sob sua responsabilidade, admite o ministro Ernane Galvão. E ele mesmo mostra que, na medida em que esses projetos ficarem prontos, em primeiro lugar cessam as compras de novos equipamentos e, em segundo, começa a produção de serviços. Em outras palavras, inverte-se o fluxo de recursos.

Alguns dados a esse respeito são mostrados pelo secretário executivo do Projeto Grande Carajás, Oziel Carneiro. Com investimentos escalonados tendendo em vista a nova realidade do mercado financeiro internacional — vale dizer com amplo prazo de carência — Carajás será capaz de gerar receitas anuais superiores a 15 bilhões de dólares, embora não imediatamente. Outros desses projetos se aproximam agora da fase de conclusão. Itaipu, por exemplo, teve sua entrada em operação confirmada para 1983. O ministro dos Transportes, Eliseu Resende, acaba de regressar de uma viagem de inspeção à Ferrovia do Aço e anunciou, da mesma forma, que o cronograma da obra está rigorosamente em dia.

Conhecidas as dificuldades, o País a elas ajustou-se em um prazo que, de acordo com os ministros da área econômica, constituiu um recorde. A ação governamental concentrou-se em projetos que estimulam a exportação, que reduzem as importações e que tenham o menor prazo possível de maturação.

O melhor exemplo nesse sentido foi a prioridade concedida à agricultura. O País vinha de duas safras fracas quando o atual governo decidiu garantir o máximo de crédito possível às atividades agrícolas. Os motivos são exatamente es-

ses: evitar a importação de alimentos, pois afinal até o feijão passara a ser comprado fora; incentivar a exportação de produtos como a soja, que representam uma parcela ampla da receita cambial do País; e evitar ainda o peso representado pelo êxodo rural, o que poderia ser conseguido a curto prazo.

É evidente que não se conseguiu reverter inteiramente esse fluxo migratório, embora alguns dos desempregados do Centro-Sul estejam retornando às suas regiões de origem. Os dois outros objetivos, porém, foram amplamente alcançados. O Brasil teve safras recordes em 1979/1980 e em 1980/1981. E espera bater seu próprio recorde na safra 1981/1982, como prevê o ministro da Agricultura, Amaury Stabile.

Nesta safra, calcula a Comissão de Financiamento da Produção, o País produzirá 56 milhões de toneladas de grãos. Está definitivamente afastada a possibilidade de se precisar importar cereais como o arroz e o feijão; outros, como o milho, foram estimulados a ponto de ampliarem substancialmente a produção e, com ela, as exportações. Resta, como sempre, o trigo. Os estímulos à agricultura deverão continuar, mantendo-se em 1982 o esquema que permitiu alcançar esses resultados, em especial a facilidade de crédito via conta em aberto no Banco do Brasil. Embora os subsídios possam ser pouco reduzidos, através de reajustes das taxas de juros e, da mesma forma, ampliam-se as exigências de maior aplicação de recursos próprios pelos agricultores, as linhas gerais do sistema de incentivos à produção agrícola deverão continuar.

Um projeto específico merece a lembrança do ministro Delfim Netto, mais uma vez por enquadrar-se dentro das novas expectativas. É o chamado Projeto Cerrado, que visa estimular um amplo desenvolvimento agrícola no Brasil Central, usando inclusive recursos dos órgãos como o BID e o Banco Mundial. Esse projeto, cita o Ministro do Planejamento, corresponde com exatidão ao que se orçenda: “num prazo muito curto, dois ou três anos, tanto aumenta enormemente a demanda de mão de obra quanto produz uma ampliação das exportações sem criar qualquer preocupação nova com o balanço de pagamentos”.

Da mesma forma se situa a nova atenção dada aos municípios. O ministro do Interior, Mário Andreazza, mostra a importância de programas destinados ao desenvolvimento regional, que utilizam a mão-de-obra local e, para usar mais uma vez as palavras de Delfim, “atendem a uma dentre as dezenas de aspira-

ções de sua gente”. Isso vem sendo feito não só através de investimentos diretos do governo federal como também por meio de uma gradativa ampliação dos recursos dos próprios municípios. É o que revela o secretário das relações com os Estados e Municípios, Pedro Paulo de Ulissés, ao expor as medidas tomadas nos últimos anos para garantir às Prefeituras uma parcela mais ampla na distribuição.

É dessa maneira que se vem combatendo o maior ponto de estrangulamento da economia nacional, o balanço de pagamentos, e seus efeitos mais visíveis, o desemprego e a inflação. Se o balanço continua a apresentar um déficit substancial, por volta de 16 bilhões de dólares, essa conta começa agora a ser aliviada pelo saldo que se delinea na balança comercial. Pela primeira vez desde 1977, o Brasil exporta mais do que importa e esse saldo bem poderá ultrapassar 1 bilhão de dólares.

Quanto ao desemprego, indica o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, que ele está sendo contornado precisamente por essas vias. Parte da mão-de-obra desativada pela indústria do Centro-Sul se desloca para os projetos de outros pontos do País. É evidente que resta ainda uma ampla margem de desempregados, mas, conforme anuncia o próprio Ministério do Trabalho, está sob análise um plano de emergência destinado precisamente a absorver uma parcela sua, além de se fixar novas normas para as demissões em massa. Para o futuro, não apenas o IBGE registra sinais de que se está estabilizando o nível de emprego como o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, assinala que na maioria dos setores afetados pela crise as dispensas estão arrefecendo.

Estão aí os caminhos para contornar os problemas gerados pela crise. Ao adotá-los, já se sabe que o País contará com pouca ou nenhuma ajuda externa. Os altos juros do mercado financeiro internacional não são mais do que uma consequência da política econômica seguida pelos países desenvolvidos. Para eles, com mais recursos, a saída é mais fácil. Não se deve esquecer que desde 1973 os países exportadores de petróleo apresentaram em seus balanços de pagamento um saldo de 450 bilhões de dólares, conta de que as nações industrializadas pagaram apenas 50 bilhões, ficando os países em desenvolvimento com 400 bilhões de dólares restantes como déficit.

O Brasil contorna agora esses três impactos sucessivos, o das duas altas do petróleo e a dos juros. Os rumos da saída estão traçados. Embora os Ministros da área econômica ainda esperem mais dois anos de dificuldades, eles próprios notam que o orçamento equilibrado, o declínio da inflação, o saldo da balança comercial e o arrefecimento do desemprego constituem indícios seguros de que já se pode até mesmo prever a reativação da economia.

É com este espírito que o Correio Braziliense entrega aos seus leitores este “Brasil 81 — As saídas para a crise”.